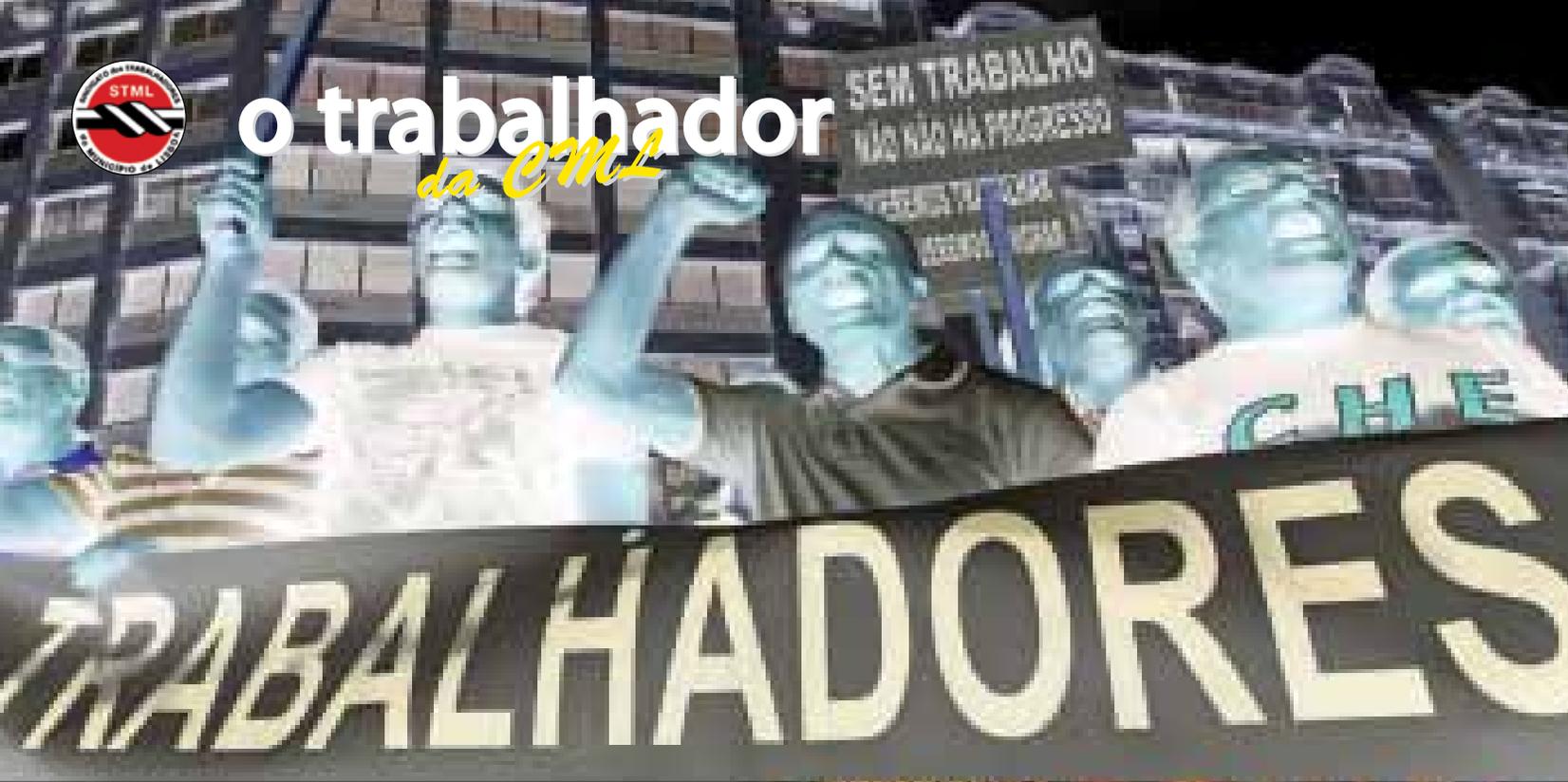




o trabalhador  
da CML



**21 de Junho: na rua  
para os pôr na RUA!**

Executivo aprofunda o desmantelamento da Câmara Municipal

# Basta!

Quando o *nosso jornal* chegar à casa dos associados do STML, muito haverá para dizer sobre os resultados eleitorais do passado dia 25 de maio. Sem entrar em grandes especulações, podemos com confiança afirmar que os partidos que suportam este governo apátrida, ilegal e ilegítimo sofreram mais um rombo nos seus propósitos de verem sufragado um programa que tem condenado os portugueses e o nosso país a uma crise sem precedentes. Esta derrota, mais do que expectável, é um tónico determinante para a luta que se aprofunda em torno de uma verdadeira alternativa para o futuro dos trabalhadores portugueses, no ativo ou já aposentados/reformados.

Na cidade de Lisboa, os problemas que se observam quer na Câmara Municipal, quer nas Juntas de Freguesia, são reveladores da enorme insensibilidade política e social de um executivo liderado por António Costa, preocupado apenas em divulgar, através dos *media*, um pretenso sucesso da respetiva reforma administrativa. Seguramente uma estratégia assumida para “inglês ver”, já que os lisboetas começam a ter uma ideia bastante elucidativa e assertiva sobre a verdadeira essência dos objetivos ocultos deste PS que em anda diferem, no plano da política defendida, do PSD/CDS que hoje nos usurpa o futuro.

Lisboa está mais suja, os circuitos de remoção não são realizados totalmente, os serviços municipais, da limpeza urbana, ao desporto, ação social ou da educação, entre muitos outros, estão quase paralisados face às más decisões que hoje ensombram a realidade do município. A responsabilidade, essa cabe inteiramente ao executivo municipal.

Contudo, mais uma vez, são os trabalhadores que são chamados a pagar a fatura deste desnorde consciente e perfeitamente assumido de António Costa e companhia. Postos de limpeza sobrecarregados não respeitando condições mínimas de saúde e segurança. Edifícios municipais desrespeitando os trâmites legais no que concerne ao bem-estar dos respetivos trabalhadores, como no caso do Edifício da Rua Alexandre Herculano sem elevadores há mais de dois meses, entre muitos outros exemplos que por falta de espaço não podemos aqui enumerar.

Somado a todos estes problemas, temos a segunda fase da transferência de trabalhadores para as juntas de freguesia. Um processo que tem demonstrado, por parte da CML, um total desrespeito por quem ao longo de anos foi o motor desta autarquia nas suas várias valências,



leia-se prestando serviços públicos municipais de elevada qualidade junto da população e da cidade de Lisboa.

Nas juntas de freguesia, para onde querem descartar cerca de mais 350 trabalhadores, depois de terem ido inicialmente mais de 1000, avolumam-se os problemas que o Sindicato oportunamente denunciou e firmemente combateu.

Faltam trabalhadores, ferramentas, meios informáticos e mecânicos que permitam a estes organismos públicos cumprir as várias missões que antes cabiam à Câmara Municipal. Faltam também os imprescindíveis recursos financeiros que as despesas agora associadas às novas competências acarretam. Podemos afirmar, honestamente, que se alguns presidentes de junta sabiam o que iriam enfrentar, e por isso contestaram este processo, muitos outros ignoraram deliberadamente os inúmeros alertas e preferiram privilegiar as oportunidades de negócio que o futuro lhes poderia reservar.

A verdade é que têm sido, como é hábito, os trabalhadores os principais visados face aos obstáculos que as juntas hoje enfrentam. De presidentes prepotentes que decidem arbitrariamente e ilegalmente, retirar complementos remuneratórios, alterar horários de trabalho sem consultar Sindicato e trabalhadores, impor regras intimidatórias numa ótica de *não olhar a meios para*

*atingir determinados fins*, tudo tem acontecido um pouco na realidade que hoje enforma estes organismos do poder local mais descentralizado.

O STML, como tem vindo a fazer nos últimos meses, continuará a acompanhar a evolução destes problemas, procurando a sua resolução, primeiro pela via da negociação e, depois, face à falta de vontade política de muitas juntas, esclarecendo e organizando os trabalhadores em causa, procurando desenvolver as lutas que se considerem necessárias e oportunas no seu interesse e na defesa dos seus direitos.

É neste cenário que devemos compreender a importância da jornada de luta convocada pela CGTP-IN para **dia 21 de junho**. Um dia que combatemos quem nos empurra para um passado sem direitos, sem aspirações, sem expectativas. Um dia que dizemos **BASTA!** e resistimos, unidos, organizados e determinados, garantindo por esta via o respeito e dignidade que conquistámos ao longo dos anos!

Seja Passos Coelho e Paulo Portas, António Costa ou qualquer presidente de Junta, os trabalhadores do município de Lisboa não podem nem devem calar o seu protesto! Na rua para os pôr na rua! ■

# Na Limpeza Urbana os trabalhadores pagam a suas expensas o caos criado por António Costa!

**O** STML tinha razão quando criticou todo o processo da transferência definitiva da lavagem e varredura para as Juntas de Freguesia! O dismantelamento da Limpeza Urbana aniquilou a capacidade operacional deste sector, cujo funcionamento eficaz no passado recente era o resultado de uma gestão integrada.

Para as Juntas de Freguesia foram transferidos compulsivamente cerca de 650 cantoneiros de limpeza, ficando na Câmara Municipal cerca de 500 cantoneiros dos quais, apenas cerca de 300 estão aptos para a exigente tarefa da recolha de resíduos. Os restantes têm limitações físicas, consequência de acidentes de trabalho, doenças profissionais ou pela idade avançada. Era e continua a ser óbvio, que o número atual de trabalhadores é claramente insuficiente face à atividade que é imprescindível realizar diariamente e **neste momento assistimos à confirmação das preocupações por nós levantadas.**

Perante esta realidade, a CML tem promovido estratégias e práticas dignas do tempo da “outra senhora”! Referimos algumas no concreto, que nos merecem total rejeição, nomeadamente:

- Decidiram retirar um trabalhador do serviço de reforço, nos dias de maior tonelagem de lixo (o dobro, nas noites de 2ª para 3ª feira);
- Decidiram afetar apenas um cantoneiro para determinados circuitos de recolha de lixo, colocando em risco a integridade física destes trabalhadores;
- Anunciam promessas demagógicas (impossíveis de cumprir) de pagamento de trabalho extraordinário acima dos limites legais;
- Ameaçam com processos disciplinares (!?!?) os condutores e cantoneiros que não terminem as voltas;
- Utilizam abusivamente os trabalhadores do fundo de desemprego na remoção, que estão na CML por 20% do seu subsídio.

Para além de todos os dias cerca de **20% da recolha de lixo não ser efetuada**, ficando circuitos por realizar ou incompletos devido à falta de pessoal, assiste-se a um “jogo do empurra” por



parte da CML para as Juntas de Freguesia, tentando que estas recolham os sacos de lixo acumulados junto dos ecopontos, ou os “monstros domésticos”, assim como a responsabilidade pela limpeza dos espaços onde se realizam grandes eventos. **Nenhuma destas competências é das Juntas de Freguesia!**

A CML chegou ao cúmulo de requisitar 4 cantoneiros a cada Junta, para efetuar a remoção. Se há presidentes de Junta, que conscientes das suas competências (varredura e lavagem) rejeitam estas atividades, outros, mais empreendedores, lá vão fazendo o frete.

António Costa e o seu executivo PS têm de assumir a responsabilidade política desta aventura “da maior descentralização de competências efetuada em Portugal...”, pois não podem ser os trabalhadores, tanto da CML como das Juntas de Freguesia, a suportarem os seus custos. António Costa, aquando da votação em Sessão de Câmara da proposta de transferência, gabou-se de ter andado a estudar este projeto durante 4 anos! Questionamos-mos sobre a seriedade deste pretenso ‘estudo’ ou se não haverá segundas intenções quanto ao futuro destes importantes serviços públicos.

Exigimos com carácter de extrema urgência, o **reforço imediato do quadro de cantoneiros de limpeza, mas também a melhoria das condições de trabalho**, nomeadamente das instalações onde estes estão “amontoados”.

O executivo PS, refugia-se na argumentação que aponta “o estudo da situação” sobre a reorganização do serviço e outras generalidades, mas que no essencial não resolvem o problema por si criado.

Não esqueçamos as lutas que sempre realizamos, demonstrativas da força dos trabalhadores e da importância deste serviço para a cidade de Lisboa. Será novamente a determinação e a confiança dos trabalhadores a melhor forma de garantir a **defesa dos serviços públicos, da manutenção dos postos de trabalho e do trabalho com direitos.** ■



# Edifício do Campo Grande

## Respira-se mal-estar...

É por demais evidente, o desconforto latente entre os trabalhadores do Edifício do Campo-Grande. Até aqui, apresentámos nestas páginas, muitos anseios dos trabalhadores que a Câmara Municipal de Lisboa, teima em não perceber. Ao contrário, a Câmara de Lisboa inventou “festa” e termos técnicos para não fazer nada daquilo que é verdadeiramente necessário e reclamado por todos os trabalhadores que ali trabalham.

O Refeitório (obrigatório por lei) não existe. Os trabalhadores do DRMM e outros que trabalham nas caves sem ver o sol, têm de subir vários pisos para encontrarem um WC. Na Educação, há oportunidades de escolha para os escolhidos a dedo pelas chefias. Na Contabilidade há trabalhadores ameaçados diariamente por fornecedores a quem a CML não paga, desrespeitando a “Lei dos Compromissos”; entre outros problemas.

Para o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa que regularmente ouve os trabalhadores deste Edifício, está provado que ao nível do edificado, este não cumpre as elementares regras, nomeadamente, a existência de um “REFEITÓRIO” com cozinheiras da Câmara Municipal de Lisboa e com condições que há muito deveriam ter sido criadas. Ao nível do incumprimento nas datas de pagamentos, espera António Costa que, algum trabalhador seja agredido?

António Costa chegou ao fim de um mandato, iniciou um novo e não ouviu os trabalhadores deste Edifício. Quando anunciou a criação de “Copas Secas” e medições de perímetros abdominais promo-



vidas pelo Departamento de Saúde, Higiene e Segurança, não foi ao fundo do problema que tem em mãos e teima eu não ver e resolver. Para o elenco governativo da cidade, os trabalhadores, são hoje mais descartáveis do que nunca. A CML menospreza a sua força.

O STML, no fim de maio, reuniu com os trabalhadores do Edifício do Campo Grande e com eles delineou formas de Luta que servirão para mostrar a resiliência de quem ali faz cidade. ■

## A nova realidade das auxiliares de ação-educativa nas escolas das Juntas de Freguesia

O STML tem, nos últimos dois meses, visitado inúmeros locais de trabalho que agora estão sob gestão das Juntas de Freguesia da cidade. Em particular, temos vindo a acompanhar as auxiliares de ação-educativa confrontadas agora com uma nova entidade patronal, mas suportando os mesmos problemas que já se verificaram no *tempo* da Câmara Municipal.

A desvalorização destas trabalhadoras parece não ter abrandado apesar de se terem alterado as caras e os nomes de quem organiza e chefia as escolas onde estão integradas.

Desempenhando uma função imprescindível junto das educadoras de infância e inclusive ao bom funcionamento destes equipamentos, as auxiliares de ação-educativa são fundamentais no apoio à educação das crianças, contribuindo ainda para um ambiente sadio, higiénico e pedagógico onde as mesmas possam crescer saudavelmente, em harmonia e alegria.

Contudo, apesar de ninguém negar a importância da função destas trabalhadoras, a verdade, na prática, é que continuam a ser mal tratadas e muito pouco valorizadas. A imposição de horários de trabalho ao *sabor do vento*, a exigência para o desempenho de tarefas completamente fora do seu perfil profissional, como a substituição por tempos prolongados de educadoras de infância (ausentes por qualquer motivo); o facto de serem obrigadas a adquirir as próprias fardas, portanto, a suas expensas; ou a prática recorrente à chantagem e à intimidação, parecem ser os velhos hábitos que teimam em persistir.

Muitos destes problemas têm origem nas coordenadoras dos agrupamentos, uma figura hierárquica da responsabilidade do Ministério da Educação, que prepotentemente fazem e desfazem em função das suas prioridades, muitas vezes colidindo conscientemente com os interesses e os direitos das trabalhadoras auxiliares de ação-educativa. Contudo, se estamos a falar de trabalhadoras dos ‘quadros de pessoal’ das juntas, e **não** do Ministério de Educação, como se pode aceitar que estas ignomínias continuem a observar-se?

Presenciamos igualmente, pelas responsáveis das escolas, a implementação de uma política de *dois pesos e duas medidas* que coloca trabalhadoras das Juntas de Freguesia e do Ministério da Educação, todas com o mesmo perfil profissional, umas contras as outras, promovendo a velha máxima *do dividir para reinar*.

Para o STML, as Juntas de Freguesia e os responsáveis pelos respetivos Pelouros da educação, devem inequivocamente defender as suas trabalhadoras e não aceitar passivamente que o Ministério da Educação, através das referidas ‘coordenadoras’, ponha e dispoña como bem entender.

Se estas situações se continuarem a verificar, não nos resta outra solução que não passe por desenvolver formas de luta mais ‘criativas’ que seguramente não irão ser do agrado dos pais, dos fregueses e dos próprios eleitos no executivo da junta, seja ela qual for.

O STML, ao contrário de algumas Juntas de Freguesia, não vira às costas às *suas* trabalhadoras! ■

# Segunda fase da transferência de trabalhadores para as juntas de freguesia: A prática coerciva repete-se?

**E**stá em curso o processo de seleção de trabalhadores para a 2ª fase de transferência para as Juntas de Freguesia (JF), na sequência da aplicação da Lei 56/2012, que determinou a transferência definitiva de um vasto leque de competências, da CML para as JF.

Depois de na 1ª fase terem sido transferidos mais de 1000 trabalhadores dos serviços de limpeza urbana, jardins-de-infância, mercados, equipamentos desportivos e bibliotecas, o executivo municipal, prepara-se para transferir agora, mais cerca de 350 trabalhadores das denominadas atividades de suporte e transversais. Essencialmente, técnicos superiores, assistentes técnicos e técnicos de informática.

Ao contrário do que tinha sido avançado aos representantes dos trabalhadores, quanto à condição de possibilidade de voluntariado na 1ª fase, o executivo camarário, optou por “queimar” essa etapa e definiu critérios mais ou menos subjetivos, para determinar os trabalhadores a serem transferidos. Esse processo, suscitou muitas dúvidas e indignação no seio dos trabalhadores, principalmente da Limpeza Urbana, devido a situações pouco perceptíveis.

Nesta 2ª fase, adivinham-se dúvidas ainda maiores, dado o perfil dos trabalhadores envolvidos. Ao contrário da 1ª fase, foi dada oportunidade de os trabalhadores interessados, optarem por escolherem as JF, para onde pretendiam ir, de forma voluntária. Não conseguindo a CML, satisfazer as necessidades das JF, procederá à indicação dos trabalhadores que se apresentarão a entrevistas com as JF indicadas.

Ora, aqui começam a surgir as dúvidas quanto aos critérios que de-

terminam esta pré-seleção efetuada pelos RH da CML. Em reunião realizada no passado dia 28 de Abril, entre o STML e a DMRH, que contou com a participação do Vice-Presidente da CML, também responsável pelo pelouro dos RH, exigimos uma clarificação e densificação dos critérios a aplicar aos trabalhadores envolvidos, não tendo obtido uma resposta satisfatória.

Das orgânicas que foram esvaziadas de funções - D. Desporto, D. Educação, D. Ação Social, UIT, DHU - todos os seus Técnicos superiores e Assistentes Técnicos são potenciais candidatos à transferência para as JF, assim como do DMSI onde, além das carreiras referidas, também se incluem os Especialistas e Técnicos de informática.

Chamamos a atenção para a mensagem errada que algumas chefias transmitem, que apontam a obrigatoriedade dos trabalhadores escolherem duas JF. Nesta fase só os trabalhadores que estão realmente interessados em transitarem para alguma JF, o devem fazer, ficando os restantes a aguardar uma eventual seleção.

O STML, que sempre manifestou a sua oposição a todo o processo de desmembramento dos serviços da CML, compreende perfeitamente o desespero e a angústia pela falta de informação que estes trabalhadores estão a viver. Assegura que se baterá pela total transparência na seleção dos trabalhadores a transferir e na definição dos critérios a adotar pela autarquia, disponibilizando-se a acompanhar todos os trabalhadores neste opaco processo e a apoiar juridicamente os seus associados. ■

## Continuamo-nos a bater pela assinatura dos ACEEP!

**A**pós a assinatura do **Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública (ACEEP)**, entre o STML e a CML, que garante entre outros, o direito à manutenção da jornada de trabalho de 35 horas semanais e 7 horas diárias, a todos os trabalhadores seus associados, quer da Câmara Municipal de Lisboa, quer junto de todos os que foram ou vão ser transferidos para as Juntas de Freguesia, o STML, continua em negociações com todas as JF procurando a assinatura deste importante instrumento.

O objetivo principal da assinatura destes acordos com as JF, é garantir aos atuais trabalhadores, que se associem no STML, o acesso a todos os direitos neles previstos, nomeadamente a semana de 35 horas. É também a forma dos presidentes das JF, terem um documento legal para poderem aplicar esta jornada de trabalho.

Neste momento, já assinámos ACEEP, com as JF de Carnide (CDU), Ajuda e Campolide (PS), tendo já a maioria das JF manifestado a intenção de o assinar respetivamente.

Interessa referir ainda, que estamos em fase avançada na discussão com a JF de Benfica (PS). Contudo, estranhámos a posição das JF presididas pelo PSD, que se têm mostrado relutantes na assinatura destes acordos, pois sem este instrumento legal, terão que manter o horário de 40 horas semanais para os trabalhadores que já pertenciam às JF, o que é extremamente injusto, pois labo-

ram ao lado dos trabalhadores transferidos da CML, que praticam 35 horas semanais.

Para além da organização e duração do tempo de trabalho, onde salientamos também, o horário noturno das 20h00 às 7h00, o ACEEP, versa matérias essencialmente no âmbito de Saúde e Segurança no Trabalho e Formação profissional. ■



# Departamento de Desporto

## O futuro cozinha-se nas costas dos trabalhadores!

O ano de 2014 poderá ficar na história desta autarquia como o ano da destruição sem precedentes de importantes serviços municipais, veremos contudo, se a um ponto irreversível. Obviamente, quando nos referimos a qualquer serviço municipal, falamos de departamentos, divisões e, claro está, dos trabalhadores que os corporizam insofismavelmente.

No Departamento de Desporto, a somar a tudo o que temos vindo a denunciar nos últimos meses, entrámos numa segunda fase do seu desmantelamento. Depois de transferidos vários equipamentos municipais e respetivos trabalhadores para as juntas de freguesia, pretendem agora aprofundar o esvaziamento a que este serviço tem sido sujeito, com a deslocação compulsiva de administrativos, técnicos e técnicos superiores. Se sem ‘ovos não fazem omeletes’, como diz o nosso povo, torna-se demasiado grave e evidente o que o atual poder político na autarquia de Lisboa pretende para o futuro do Desporto na cidade.

Sem qualquer saudosismo, relembramos os ‘Jogos de Lisboa’ como um projeto político para os lisboetas e para a cidade que de facto tinha na sua essência a prática e a dinamização desportiva como vetores centrais substanciados na máxima do *Desporto Para Todos!*

Ora, vários anos depois, com o contributo inestimável do PSD de Santana Lopes e do PS de António Costa, o desporto em Lisboa não é hoje mais do que um negócio, bastante lucrativo é preciso acrescentar, que enriquece um pequeno grupo de empresas ligadas a esta área e que têm na CML um forte aliado. Fruto dos *tempos* que vivemos? Talvez, mas o mesmo não é sinónimo de resignação e conformismo que muitos pretendem alimentar e sobrevalorizar como uma inevitabilidade incontornável.

Os trabalhadores do Departamento de Desporto, mesmo perante um ataque sem precedentes à sua condição de funcionários públicos, mesmo perante desconsiderações ignóbeis ao longo dos anos por sucessivos executivos municipais, apesar do seu valoroso trabalho em prol da cidade e dos lisboetas, não deixaram perante tantas adversidades de contribuir de forma exemplar para o bem-estar de todos aqueles que vivem, trabalham ou visitam a nossa cidade, sempre com elevado profissionalismo e dedicação. A valorização do desporto na cidade de Lisboa muito se deve a este envolvimento descomprometido, consequente e responsável.

Contudo, estes são elementos, indesmentíveis é certo, que hoje se pretendem descartar, ora empurrando os trabalhadores para as juntas de freguesia, ora “aconselhando” despudoradamente a sua transferência para qualquer outra orgânica da Câmara Municipal, com a ameaça explícita que, se não aceitarem, a alternativa será uma qualquer junta de

freguesia... Não interessa portanto que a sua especialidade seja na área do desporto e que o seu conhecimento seja de facto uma mais-valia nesta mesma área. Tudo, é agora possível de secundarizar e ignorar.

Estamos supostamente, sujeitos à visão e ao método de quem manda, isto é, de decisores políticos e respetivos assessores, sempre com alguma ligação à lógica associada à gestão de “elevada qualidade” que se observa no setor privado, num paralelismo falacioso à “falta de rigor” que se observa no setor público. Faltar-nos-á questionar se são os exemplos porventura do BPN, BPP, BPI, BANIF, entre muitos outros, que servem de bitola a este novo “paradigma” que nos querem impor?

Porventura, quem manda hoje em dia não pretende serviços públicos de qualidade, eficientes, eficazes e económicos, muito pelo contrário. Pretende isso sim, que os interesses particulares assumam as responsabilidades que são, ainda, da competência do sector público e, neste caso em especial, na área do desporto pela mão da autarquia de Lisboa. Pelo caminho, atropelam as legítimas expectativas e aspirações de todos aqueles que interessa rejeitar, nomeadamente e naquilo que interessa aqui realçar, dos trabalhadores do Departamento de Desporto.

Da nossa parte, não esperem facilidades! Os objetivos conhecidos e dos quais discordamos em todas as suas dimensões, merecerá deste Sindicato total reprovção e combate! Defender os direitos dos trabalhadores do Departamento de Desporto é defender simultaneamente os interesses dos lisboetas ao Desporto como um Direito inalienável! ■



## Armazéns do Departamento de Desporto

### FINALMENTE a transferência ao fim de mais de dois anos de espera desesperante

Finalmente os trabalhadores dos armazéns do Departamento de Desporto foram retirados da cave da piscina municipal onde se encontravam, situação que os ameaçava indesmentivelmente no plano da sua saúde e integridade física.

Na origem desta transferência, podemos admitir que não esteve uma preocupação séria e honesta pelo bem-estar dos respetivos trabalhadores, mas sim o contexto criado pela passagem da gestão da piscina municipal para a Junta de Freguesia de Benfica que pressionou e apressou a CML/Pelouro do Desporto na resolução que o STML há muito vinha exigindo.

Contudo, independentemente das razões que finalmente conduziram à retirada dos trabalhadores de um ambiente de trabalho indelicado e insalubre para um ambiente mais apropriado, não podemos deixar de valorizar a solução encontrada que, pelo menos, satisfaz e acata minimamente as condições de saúde e segurança, respeitando assim muitas das reivindicações, de trabalhadores e Sindicato, que se foram reproduzindo ao longo dos últimos dois anos e meio. Esperemos que no atual local de trabalho, situado na Pista Municipal de Atletismo “Prof. Moniz Pereira” os problemas que se vierem eventualmente a verificar, não demorem tanto tempo a ser solucionados. ■

# No RSB estaremos perante uma nova tentativa de desvirtuação/subversão do Regimento?

O Departamento de Bombeiros do STML compreende a situação que se vive neste momento no RSB e a necessidade de viabilizar a estratégia do Sr. comandante, para evitar que o Regimento caia no caos/anarquia criado pelo vazio hierárquico a que foi votado por incúria dos executivos camarários, liderados pelo Dr. António Costa, não concretizando as promessas propagandeadas na última campanha eleitoral, nomeadamente a que diz respeito ao desbloqueamento dos concursos de ingresso e promoção.

Recordamos que essas promessas foram divulgadas e garantidas por alguns que, em período de campanha eleitoral, afiançaram que o Sr. presidente iria efetuar a abertura dos concursos. O que agora se questiona é o porquê de não virem para a “praça pública” exigir que essas promessas sejam cumpridas? Ou será que interessa a “alguém” que não haja concursos de promoção?

O STML tem lembrado estas promessas, em todas as reuniões, junto dos vereadores e do próprio presidente, do qual não temos tido nenhuma resposta até ao momento que nos deixem minimamente tranquilos. Lembramos que estas reivindicações devem ser apoiadas por todos os Bombeiros, especialmente por quem está a desempenhar funções nos postos superiores.

Queremos acreditar que esta nova alteração nas *escalas de serviço* seja realmente temporária e só até que se deem as promoções, pelo que até final do tempo previsto (6 meses), deverá haver lugar à abertura dos respetivos concursos. Todos nós nos lembramos do que aconteceu com a escala de chefe de serviço, na década de 90, que era efetuada por chefes de 2ª classe e que gradualmente foi sendo efetuada por “subchefes ajudantes”, estando neste momento instituído, que a função de chefe de 1ª In-



tervenção é desempenhada por subchefes principais.

Não sabemos se esta situação será ou não um ensaio para a extinção de alguns postos na estrutura hierárquica do Regimento, se assim for, servirá os propósitos de alguém? Ao se extinguirem alguns postos, não estaremos a “abrir a porta” para a criação de uma nova estrutura hierárquica? Face aos recentes acontecimentos é normal que este tipo de dúvidas se levanten, daí a importância de estarmos atentos ao desenrolar dos acontecimentos nos próximos meses e preparados para agir caso se venham a confirmar os nossos receios. Não podemos permitir a destruição da nossa casa, considerando que a desvirtuação da carreira de Bombeiro Sapador não serve os propósitos dos munícipes nem da cidade de Lisboa.

Este Sindicato não vai ficar parado na expectativa e como tal, já solicitamos ao executivo municipal o **pagamento da remuneração** correspondente ao desempenho da função, uma vez que o Orçamento do Estado de 2014 prevê, através da figura da mobilidade intercategorias o pagamento de acordo com as funções que desempenham. Caso haja recusa da autarquia iremos recorrer aos tribunais para que os interesses dos nossos associados sejam salvaguardados.

Se até ao final do corrente ano não tiverem sido iniciados os procedimentos concursais, este Sindicato estará na disposição de encetar ações de luta mais assertivas, assim o decidam os Bombeiros Sapadores.

Queremos acreditar que António Costa, como pessoa de bem que é, irá resolver esta situação, no mais curto espaço de tempo, cumprindo assim os compromissos há muito assumidos e devolvendo ao Regimento e aos profissionais que o compõem, a dignidade que merecem. ■



# Na EGEAC repetem-se práticas inaceitáveis que chocam com os direitos de quem nesta empresa municipal trabalha!

**P**ara os trabalhadores da EGEAC, este Conselho de Administração é sinónimo de perda de direitos. Desde que tomou posse, a sua estratégia passa por transferir o dinheiro dos trabalhadores para outros fins. Não bastando o congelamento nas progressões das carreiras, os cortes nos salários, a redução do pagamento de trabalho suplementar, e o corte do subsídio de jantar, ceia e pequeno-almoço, pretendem agora fazer esquecer a importância da celebração de datas como o 1.º de Maio, Dia do Trabalhador.

Nunca a EGEAC esteve tão mal servida de um Conselho de Administração incapaz de retribuir o valor justo pela compensação do trabalho realizado. Os trabalhadores da EGEAC estão a ser duplamente penalizados, porque para além de sofrerem os mesmos cortes daqueles que trabalham com contratos de regime em funções públicas, não têm direito às mesmas condições com os quais estão a ser equiparados. Por exemplo, ADSE, Serviços Sociais da Câmara, entre outros.

Assim que o STML tomou conhecimento de que havia trabalhadores destacados para trabalhar no dia 1 de Maio, solicitou uma reunião com carácter de urgência ao Conselho de Administração. Este não recebeu os representantes dos trabalhadores em tempo útil, alegando que as dificuldades de agenda se deviam às celebrações de datas como o 25 de Abril e o 1.º de Maio. Respondeu, posteriormente, ao ofício que pedia esclarecimentos sobre esta situação, afirmando que, no seu entender, o encerramento das portas no 1º de Maio não justificava a quebra de dinâmica no evento “LISBOAINDIE”.

A falta de ética por parte deste Conselho de Administração, revela-se nas decisões que tem vindo a tomar. Por um lado, esconde-se por trás de leis plenas de irregularidades, conforme o Tribunal Constitucional pôde evidenciar, e por outro, contorna a sua própria interpretação da lei que segundo estes, incute o corte do subsídio de jantar, ceia e pequeno-almoço. Quer isto dizer, **apenas um grupo muito restrito de trabalhadores tem direito a que lhes seja pago o jantar mediante a apresentação de fatura. Todos os outros trabalhadores, independentemente do número de horas extraordinárias trabalhadas, não recebem qualquer contrapartida.**

É evidente que o carácter excepcional destas medidas austeras, não serve para regularizar as contas da tutela, mas sim, para uma vez mais, permitir que se aumentem as assimetrias sociais, despromovendo a coesão social.

Assim, percebe-se que esta não é uma crise económica/financeira, mas sim uma crise de valores por parte de quem nos chefia.

Perante os excelentes resultados obtidos na prestação diária ao longo de todos estes anos, os trabalhadores da EGEAC merecem um Conselho de Administração que zele pelos seus interesses, que demonstre as suas reais intenções e que não seja oportuno graças a uma crise para a qual os trabalhadores em nada contribuíram.

**Os trabalhadores exigem que o pagamento dos subsídios de refeição seja pago a todos, e não só a alguns. ■**

## Biblioteca da Penha de França muda de instalações, mas em que condições?

**C**hegou ao STML, através dos trabalhadores, a informação de que a Biblioteca da Penha de França será transferida em breve para novas instalações. Alegadamente, porque a biblioteca, neste momento, funciona no edifício da Junta de Freguesia e esta necessitará daquele espaço para acolher os trabalhadores que transitarão na 2ª fase da transferência de competências.

Segundo a mesma fonte, esta Biblioteca passará a funcionar numa loja na rua Francisco Pedro Curado, anteriormente propriedade da EPUL, que desde a sua construção nunca foi ocupada necessitando de obras para adequar este espaço à sua utilização como biblioteca, existindo já um projeto elaborado para o efeito.

Após a visita de alguns trabalhadores àquele espaço, ainda sem qualquer intervenção, levantaram-se logo questões de saúde e segurança. Questões essas, que podem e devem ser acauteladas no projeto de intervenção desde o seu início, para que não venham a apresentarem-se como problemas no seu funcionamento futuro.

É, portanto, pertinente, por parte da CML, envolver o STML, os representantes dos trabalhadores para a saúde, higiene e segurança no trabalho e os trabalhadores na conceção das necessárias adaptações deste espaço para evitar constrangimentos ao funcionamento da biblioteca, proporcionando por esta opção, a manutenção da qualidade e quantidade de oferta, que este serviço oferece nas atuais instalações, e se possível melhora-la até.

O STML vai continuar a acompanhar, com os trabalhadores, os desenvolvimentos desta transferência, na defesa dos seus interesses e na defesa do serviço público municipal de qualidade, exigindo que sejam criadas todas as condições, respeitando as normas de saúde e segurança, neste novo local de trabalho. ■



# “DRMM – Que futuro? (2)”

**T**erminávamos assim o anterior artigo sobre o nosso departamento, confrontado com uma crise profunda, agora que se perfazem 25 anos sobre a sua criação: *“Mas os trabalhadores não podem permitir que a incerteza se transforme em angústia paralisante. Há que prosseguir e intensificar a luta pela defesa do departamento e dos seus postos de trabalho. Reforçando a unidade entre todos os setores e diferentes áreas profissionais. Sabendo ultrapassar divergências em questões secundárias e focando-se no essencial.”*

Se recordamos aqui este alerta é porque entendemos decisivo para a sobrevivência e desenvolvimento deste setor operacional da CML, uma outra política municipal que respeite e valorize os seus recursos humanos, colocando-os ao serviço dos munícipes; uma outra postura de gestão, responsável competente e mobilizadora por parte dos dirigentes do serviço; mas também, uma atitude atenta e esclarecida, exigente mas empenhada, por parte dos trabalhadores de todos os setores e a todos os níveis, sejam eles operários, administrativos ou técnicos.

É vital para o nosso futuro pessoal e profissional, a recuperação e dignificação deste serviço municipal com centenas de postos de trabalho de elevada especialização, que soube, ao longo de décadas, garantir com eficiência, o normal funcionamento dos serviços de transporte municipais, incluindo a assistência a meios mecânicos de elevada complexidade.

Um sentimento que hoje alastra como mancha de óleo é a desmotivação e o desânimo. Ouve-se frequentemente: “não vale a pena”, “é para acabar”, “é melhor deixar andar”, “não levantar ondas”, “se quem está acima não quer saber...”, etc., etc. Por outro lado, como “em casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão”, facilmente se cai no antagonismo entre trabalhadores e setores, o que só aproveita a quem nos quer “dividir para reinar”.

Temos de admitir que existem causas objetivas que nos empurram para este desalento:

- Por parte do Governo: A pretexto de uma crise global criada pelo capital financeiro, mas da qual nos querem culpabilizar, atacam os trabalhadores em geral e os da função pública em particular com uma violência sem precedentes – destruição das carreiras profissionais, roubos nos subsídios de férias e de natal, nos salários atuais e pensões futuras, nas remunerações suplementares, nos horários de trabalho, entre outras malfetorias.

- Por parte da CML/DRMM: Ausência de liderança a vários níveis; asfíxia financeira; degradação de métodos e instrumentos de gestão; degradação e ausência de investimento nas instalações e equipamentos oficinais; escassez de formação profissional; congelamento nas admissões



que se tenta disfarçar com o recurso a mão-de-obra precária, barata e sem direitos; inexistência de critérios transparentes na política de promoções; gestão de stocks ineficiente, com roturas constantes que acabam por empurrar para o exterior, trabalhos que poderiam e deveriam ser executados internamente; frequentes e vexatórios “aprissonamentos” de veículos em empresas reparadoras, por atrasos de pagamento.

A decisão da CML de atirar pela borda fora centenas de trabalhadores, remetendo funções municipais para as freguesias, acrescenta ainda mais incerteza quanto ao futuro. Atabalhoadamente, marca dominante deste processo de “descentralização”, muitos dos veículos e equipamentos da Frota Municipal estão já a ser entregues às Juntas de Freguesia, o que coloca sérias interrogações quanto ao papel que os serviços de manutenção irão ter na assistência a este segmento da Frota Municipal.

Mas apesar destes fatores adversos, não podemos cair na apatia, no logro do relaxamento, da incúria e da indisciplina. Esta seria a atitude mais conveniente a quem quer promover a má gestão e a ineficiência dos serviços como método de atuação para, oportunamente, demonstrar a inevitabilidade da sua entrega “ao mercado”.

É necessário reagir ao conformismo! Porque o risco de desmantelamento do DRMM existe, sim. Mas, como já provámos no passado, é possível combatê-lo! Começemos, desde já, por reforçar a organização em torno da nossa estrutura sindical – o STML – unindo solidariamente os trabalhadores das diferentes áreas e setores profissionais, na legítima defesa dos nossos direitos, do nosso departamento e do nosso futuro. ■



# STML reúne com vice-presidente da CML e com a Direção Municipal de Recursos Humanos

O STML reuniu com a Direção Municipal de Recursos Humanos (DMRH), no dia 28 de abril, retomando assim a prática de reunir regularmente com esta Direção Municipal no sentido de abordar os problemas existentes, procurando, obviamente, a sua resolução. Nesta reunião esteve também presente o vereador responsável pelo pelouro, Fernando Medina.

Antes de dar início à abordagem dos temas sugeridos pelo STML para esta reunião, o vereador deu conta de como está a decorrer a 2ª fase de transferência de trabalhadores para as Juntas de Freguesia, informando que as necessidades identificadas rondam o número de 350 trabalhadores, predominantemente assistentes técnicos e técnicos superiores, estando já fechadas 55 transferências das 100 candidaturas em regime de voluntariado. Informou ainda, que até ao final de maio serão promovidas reuniões dos trabalhadores, identificados pelas orgânicas como estando a desempenhar funções de suporte às atividades transferidas para as Juntas, procurando por esta via, aumentar o número de trabalhadores disponíveis a integrar este pretense regime de voluntariado. No caso de não se observarem trabalhadores em número suficiente, afirmou, serão definidos todos os necessários com base nos critérios definidos na deliberação aprovada na Assembleia Municipal a 21 de janeiro.

O STML alertou para a necessidade deste processo ser o mais transparente possível, tanto na definição dos critérios concretos a adotar, como na seleção dos trabalhadores, para que não se verifiquem situações menos claras e injustas, como as verificadas na 1ª fase. Comunicámos ainda, que iremos acompanhar todo o processo, procurando por todos os meios e mecanismos possíveis, a defesa exclusiva dos interesses dos trabalhadores em causa.

Entrando na *Ordem de Trabalhos* estabelecida, foram discutidos os seguintes temas:

- O STML questionou quando será atendida a reivindicação já expressa de colocar em **mobilidade intercategorias** os trabalhadores que estão “nomeados” como encarregados ou coordenadores técnicos sem estarem reconhecidos legalmente na função que estão a desempenhar. A CML/DMRH respondeu que irá analisar os pedidos dos serviços existentes, mas sempre tendo em consideração as densidades admitidas na lei.

- Exigimos a **admissão de trabalhadores para os sectores operacionais** onde o seu número é manifesta e atualmente insuficiente, concretamente na profissão de cozeiros, cozinheiras, limpa-coletores, calceteiros, trabalhadores do DRMM e jardineiros. A CML/DMRH considerou que irá estudar esta possibilidade, em função da reestruturação que será avançada, depois do processo envolvendo as Juntas estiver concluído. Mais uma vez, percebemos o protelar de uma decisão que, no entender do STML, devia ser assumida antes da transferência dos trabalhadores para as Juntas, evitando a desorganização e diminuição de capacidade de resposta verificada hoje na Limpeza Urbana.

- A aplicação do **regime de turnos** para os trabalhadores condutores da Garagem dos Olivais 3, do período diurno, e para os trabalhadores da Casa dos Animais, ainda não foi devidamente resolvida. A diretora de Recursos Humanos reconhece estar em falta, motivada pela indisponibilidade de agenda, face à necessidade em reunir com o seu homólogo do Ambiente Urbano.

- O STML voltou a questionar para quando a **regularização do pagamento da remuneração**, atendendo todos os suplementos remuneratórios, aos **trabalhadores acidentados** a partir de janeiro de 2013. O vereador respondeu que a CML irá adotar o critério para cálculo de referência na Segurança Social, não especificando para quando a sua regularização, além do pagamento dos respetivos retroativos.

- Em relação à **formação para a obtenção do CAM** pelos condutores de pesados, entretanto interrompida sem que se conheçam



os motivos para tal, o DMRH verá o que se passa junto do Departamento de Formação.

- Sobre a **exclusão de admissão a concurso de nove (9) Técnicos Superiores**, em posição inferior à 2ª posição remuneratória, decisão manifestamente injusta decorrente da legislação em vigor, o DMRH informou que brevemente irá reunir com estes trabalhadores, propondo uma alternativa.

- O STML reclamou da falta de resposta aos **requerimentos dos trabalhadores**, que veem os seus pedidos de **jornada continua** indeferidos, onde solicitam a flexibilidade de horário prevista na lei da parentalidade.

Foram ainda abordadas questões emergentes no âmbito da **transferência de trabalhadores para as Juntas de Freguesia**:

- O STML questionou se os trabalhadores das Juntas que não subscrevem o protocolo de **adesão aos serviços de Medicina do Trabalho** ficarão limitados de serem seguidos pelos mesmos. O vereador respondeu que estes protocolos destinam-se apenas a estender este direito aos trabalhadores que já estavam nas Juntas, já que a deliberação da AML garante este acompanhamento aos trabalhadores transferidos da CML.

- O STML interrogou o vereador como estavam a ser tratadas as situações de **acidentes de trabalho dos trabalhadores das Juntas de Freguesia**. Respondeu o Sr. vereador que os serviços de acidentes do DSHS estão de portas abertas para tratar estas situações e que as despesas decorrentes serão posteriormente imputadas às Juntas. Entente o Sr. vereador que estas devem ter seguros de acidentes de trabalho pois existe sempre a possibilidade de acontecer algum acidente de maior gravidade e as Juntas não terem a disponibilidade financeira, pela sua dimensão, para serem auto seguras.

- Sobre as **férias acumuladas** na CML, que as juntas não se sentem responsáveis pelo seu gozo ou pagamento, o Sr. vereador afirma que a CML e as Juntas deverão entender-se para que o direito dos trabalhadores não seja colocado em causa.

- Em relação a **folgas acumuladas** pelos trabalhadores e que não constavam na ficha do trabalhador transmitida às Juntas, a DMRH justifica desconhecer este problema, mas que irá solicitar junto da DLU o envio desta informação para as Juntas de Freguesia.

Com base no conteúdo desta reunião, que durou mais de quatro horas e que não foi suficiente para abordar todas as questões que o Sindicato tinha para apresentar podemos, em suma, fazer a avaliação de que a política de recursos humanos na CML, apesar de ter mudado de vereador, continua a ser de constante protelamento das soluções que consideramos urgentes. ■

# STML reuniu com a Direção Municipal de Recursos Humanos para tratar de assuntos relacionados com Saúde, Higiene e Segurança

O STML reuniu com a DMRH, no dia 8 de Maio, contando com a presença do diretor do DSHS, para discutir alguns dos problemas existentes relacionados com este importante serviço para os trabalhadores do município de Lisboa.

A reunião teve como primeiro tema a apresentação de algumas sugestões de melhoramento, por parte do STML, ao projeto de **manual de acidentes de trabalho e doenças profissionais** que a DMRH ficou de analisar. A elaboração deste manual surge por proposta do STML, aceite pela CML, por se ter detetado a falta de informação sobre procedimentos, direitos e deveres, quando os trabalhadores se encontram em situação de acidentados ou contraem uma doença profissional.

Deste modo, entendeu-se que a existência de um documento de leitura mais simplificada do que a legislação existente sobre a matéria, amplamente difundido entre os trabalhadores, poderá contribuir para melhorar o funcionamento do próprio DSHS e o acompanhamento, acesso aos tratamentos e reparações decorrentes destas situações.

O STML pediu informações sobre a obra de ampliação do espaço dos serviços de psicologia do DSHS, reivindicada pelo Sindicato e pelos trabalhadores face aos constrangimentos verificados no funcionamento deste serviço, obra para a qual já existe um projeto elaborado, ao que a DMRH informou que já foi solicitada uma alteração orçamental, dependendo desta autorização o início das obras.

Passando a outro tema que preocupa os trabalhadores, que são os **atrasos e tempo de espera nas consultas e nos tratamentos fisiatricos**, a DMRH reconhece que a CML tem neste momento alguma falta de médicos para dar resposta a todas as consultas, considerando a saída de alguns médicos. Na parte que diz respeito aos acidentados, considerando não existir a previsibilidade do número de casos de 1.ª consulta, no caso dos tratamentos fisiatricos a CML passou a ser cliente dos Serviços Sociais, que criou este serviço recentemente, mas que não dispõe de médicos fisiatras, também em número suficiente para atender em tempo útil todos os utentes, causando tempos de espera inaceitáveis e interrupções em tratamentos que deveriam ser de continuidade. Esta constatação, como é óbvio, prejudica a boa e rápida recuperação dos sinistrados. Segundo nos foi comunicado, o DSHS já está a intervir junto da direção dos Serviços Sociais para que estes resolvam o quanto antes, esta situação.

Face ao exposto, o STML reivindicou à CML, a rápida contratação de Médicos para evitar estes casos e propôs que, caso os Serviços Sociais não adequem o número de médicos fisiatras às necessidades evidenciadas, a CML procure também outras clinicas, e não apenas esta, que permitam diminuir o tempo de espera e a interrupção dos respetivos tratamentos.

Sobre os **atrasos no envio para a CGA dos casos de ITP** (incapacidade para o trabalho permanente) para a atribuição de incapacidade, alguns exemplos atestam atrasos com mais de 10 anos (!!), o DSHS reconhece que existem algumas situações que deverão ter uma melhor avaliação, tendo sido feito o levantamento de todos os trabalhadores com este problema. Neste sentido, irá emitir um despacho para que os processos que estão com um maior atraso (pelo menos até setembro de 2013) sejam enviados no prazo de 2 meses.

Nesta reunião abordamos ainda, para além de casos particulares, uma questão sectorial que decorre do aferimento que o STML faz da **falta de coveiros** e da necessidade de abertura de concurso de admissão de trabalhadores para esta categoria, também porque a média de idade dos trabalhadores é neste momento de 51 anos. Muitos destes trabalhadores têm limitações face ao aparecimento recorrente de hérnias discais, doença que não está considerada como doença profissional. O Sindicato considera que o elevado número de coveiros que apresenta este tipo de doença, justifica em grande medida, pelo menos, um estudo sobre as suas causas, principalmente após os 45/50 anos de idade, podendo a razão na sua origem estar relacionada com o tipo de trabalho desenvolvido, fisicamente bastante exigente.

O DSHS reconhecendo a pertinência da questão levantada, prontificou-se a fazer o levantamento do número de casos existentes entre os coveiros e solicitar junto do corpo de médicos do Departamento uma fundamentação clínica, caso exista, da relação entre este trabalho e o aparecimento de hérnias discais, dispendo-se a trabalhar em conjunto com o STML na apresentação de uma proposta de reconhecimento desta doença como doença profissional para este sector, caso seja estabelecida esta causa/efeito. ■



# A 8 de abril a luta saiu à rua no protesto convocado pela CGTP-IN

**D**irigentes e Delegados Sindicais do STML, juntaram-se ao protesto organizado pela CGTP-IN, contra a política anti laboral e antissocial do governo PSD/CDS-PP. As centenas de trabalhadores, dirigentes e ativistas sindicais, provenientes de todo o país que se reuniram no Largo do Saldanha, desfilaram até ao Ministério do Trabalho, junto à Praça de Londres.

Durante o protesto organizado, exigiu-se o aumento imediato do Salário Mínimo Nacional (SMN) para 515€, o desbloqueio da Contração Coletiva e a manutenção da semana com 35 horas de trabalho. Outros dos motivos que levaram à marcação desta ação de luta foram a defesa das Funções Sociais do Estado e dos serviços públicos, a melhoria da proteção social aos trabalhadores, aos desempregados e às famílias e o cumprimento da Constituição da República.

Durante o percurso os manifestantes e exigiram alto e bom som, a demissão do governo, que com a política neoliberal desenvolvida, tem conduzido o povo deste país à miséria.

No final, e após as intervenções de Armando Farias, da Comissão Executiva da CGTP-IN, Ana Avoila, coordenadora da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública, e Arménio Carlos, secretário-geral da CGTP-IN, foi aprovada e entregue no Ministério do Trabalho, uma moção onde se exige: **Mais salários; Aumento imediato do SMN para 515€; fim dos cortes salariais na Administração Pública; mais Contratação Coletiva e 35 horas de trabalho semanal para todos.**

A luta não abranda, na defesa das conquistas alcançadas com a Revolução de Abril! ■

## Somos um Sindicato de Abril!

**S**omos orgulhosos na afirmação do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa ser um sindicato de Abril. Assim, sempre fomos, somos e seremos Intransigentes na defesa dos trabalhadores e diariamente mostramos os princípios que Abril abriu ao país e, no nosso caso específico, à cidade capital na defesa do serviço público de qualidade feito por quem sabe, ou seja, pelos Trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa e das suas Juntas de Freguesia.

Para celebrar o Aniversário do nosso Sindicato e para comemorarmos o 25 de Abril, o STML, levou mais uma vez a efeito, o já tradicional «Grande Almoço de Convívio», desta feita, no pátio da sede do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa.

Foram muitos os associados e respetivas famílias (nos quais se incluem muitas crianças) que não faltaram a esta iniciativa do STML, que cativou uma maior participação no desfile do 25 de Abril na Ave-

nida da Liberdade.

Esta manifestação, das maiores e mais participadas de que temos memória, contou com uma forte presença de Trabalhadores do Município de Lisboa, até porque, hoje, mais do que nunca, são imensos os desvios e ataques desferidos às conquistas que Abril trouxe aos Trabalhadores e ao País, provocando um gigantesco retrocesso e empobrecimento. Um governo, do PSD/CDS-PP, que encontrou nos “Trabalhadores” o seu alvo para todas as atrocidades e um PS que, na autarquia de Lisboa, fragiliza mais a cada dia que passa, o vínculo de quem trabalha na e para a cidade.

Nesse dia e com a nossa ação diária conseguiremos reconquistar direitos obtidos em 1974 e levar a uma alteração de política governativa no País e na capital que vise um futuro melhor para todos os trabalhadores da autarquia e para os portugueses. ■



# Trabalhadores da Administração Local saíram à rua no dia 9 de maio

**R**ealizou-se, no dia 9 de maio, uma iniciativa conjunta do STML e do STAL, em torno dos problemas que afetam os trabalhadores da Administração Local que, como todos os trabalhadores deste país, estão a ser fortemente penalizados pela política de direita do governo PSD/CDS-PP.

A ação, que contou com a participação de milhares de pessoas, teve dois pontos de partida: no Largo do Rato, concentraram-se os trabalhadores das autarquias situadas a norte do rio Tejo onde, naturalmente, se integrou o STML. No Largo do Camões, reuniram-se os trabalhadores dos municípios de todo o sul do país. Ambos os desfiles, convergiram para a residência oficial do primeiro-ministro, em São Bento.

Um dos pontos essenciais deste protesto, foi a exigência por parte das estruturas sindicais, que se publiquem os Acordos Coletivos de Entidade Empregadora Pública (ACEEP), garantes da semana laboral de 35 horas, livremente negociados e assinados entre autarquias e sindicatos, que o governo através do secretário de Estado da Administração Pública, teima em manter na “gaveta”, desrespeitando mais uma vez a contratação coletiva prevista na lei, e a autonomia do poder local. **Acordo assinado, acordo publicado!**

A alegada reforma do Estado, veiculada pelo governo, articulada com o documento de *Estratégia Orçamental* que visa aprofundar as desigualdades sociais, perpetuar o roubo nos salários e nas pensões dos trabalhadores da Administração Pública, além do desmantelamento em curso do Estado e na defesa da gestão pública dos resíduos, foram também assuntos sobre os quais se fizeram ouvir milhares de trabalhadores neste protesto.

Durante os desfiles, os trabalhadores deram voz à sua revolta, exigindo a demissão do governo PSD/CDS e a derrota eleitoral dos partidos que assinaram o memorando de empobrecimento com a *troika* estrangeira, PSD, CDS e PS, nas próximas eleições para o Parlamento Europeu.

No local onde foi concluída a manifestação, enquanto dirigentes do STML, do STAL e o secretário-geral da CGTP-IN procediam a intervenções, vários dirigentes de todos os distritos presentes, deslocaram-se à residência oficial do primeiro-ministro, onde entregaram ofícios, exigindo a publicação dos ACEEP, já depositados na SEAP.

No final foi aprovada uma **resolução**, que uma delegação dos dois sindicatos, entregou à chefe de Gabinete do 1.º ministro, a quem demonstrámos todas as preocupações que assaltam os trabalhadores da Administração Local.

Realçamos algumas das reivindicações que constam da **resolução** aprovada por unanimidade,



- ✓ A manutenção das 35 horas semanais e 7 diárias;
- ✓ A publicação imediata de todos ACEEP negociados;
- ✓ O aumento dos salários em 40 euros mínimo e a atualização do SMN para 515 euros;
- ✓ A reposição dos direitos sociais e laborais conquistados durante décadas através da luta organizada dos trabalhadores;
- ✓ O fim do desmantelamento e esvaziamento dos serviços municipais;
- ✓ A defesa do emprego, dos serviços públicos e do Poder Local Democrático;
- ✓ A defesa das funções sociais do Estado, nomeadamente a Educação, a Saúde e a Segurança Social;
- ✓ A defesa da gestão pública dos Resíduos;
- ✓ A defesa do direito à água e áreas do ambiente como serviços públicos essenciais;
- ✓ A luta pela demissão do Governo e a realização de eleições antecipadas, que abram caminho uma verdadeira mudança de políticas. ■

## Os problemas agravam-se nas Juntas de Freguesia da cidade

**A** pesar do pouco tempo decorrido desde a primeira vaga de trabalhadores transferidos da CML para as juntas de freguesia (JF), que acompanham as competências nas áreas da Limpeza Urbana, Bibliotecas, Mercados, Jardins-de-infância e Equipamentos Desportivos, já podemos fazer um balanço dos problemas com que estes trabalhadores se têm defrontado.

Este aumento repentino de efectivos nas JF, veio trazer novos obstáculos e, em alguns casos, dificuldades difíceis de antever, nomeadamente no processamento de vencimentos, verificando-se erros nos montantes pagos, por desconhecimento ou por defeitos da parametrização do programa informático. Por este último motivo, a discriminação dos valores que compõem o recibo, não é a mais adequada, dificultando a sua leitura. Existiram casos, felizmente pontuais, de atraso nas transferências bancárias, que muita trans-tornaram os trabalhadores envolvidos. O STML, tem mantido um constante contacto com as JF, onde se procura detetar atempadamente estes problemas na ótica da sua imediata resolução.

Temos sido confrontados na área da limpeza urbana com problemas no plano da organização do trabalho. Algumas JF não laboram no horário

noturno ou na procedem adequadamente à distribuição do trabalho extraordinário. Um problema transversal, decorrente do desacerto da CML em ter desmantelado este serviço. A Câmara Municipal, com alguma frequência, tem estado a solicitar às JF, a execução de atividades que são suas. É o caso da recolha dos sacos de lixo acumulados junto dos ecopontos, ou os “monstros domésticos”, assim como a limpeza dos espaços onde se realizam grandes eventos. Não podem ser os trabalhadores, neste caso das JF, a sustentarem medidas políticas mal concebidas, que são da exclusiva responsabilidade de António Costa e do executivo PS.

Todos os direitos adquiridos dos trabalhadores, têm de ser constantemente defendidos. Já houve tentativas de aumento e alteração da jornada de trabalho ou o não pagamento de suplementos devidos. Situações que foram corrigidas face à rápida intervenção do STML. Alertamos todos os trabalhadores para estarem atentos e que denunciem junto do Sindicato, as situações em que sintam que os seus direitos estão a ser postos em causa.

A informação, o esclarecimento, a mobilização e a participação dos trabalhadores em todos os processos que lhes digam respeito, é um passo determinante na resolução dos problemas que diariamente enfrentam. ■

# A eventual privatização da EGF também diz respeito aos trabalhadores do município de Lisboa

A EGF (Empresa Geral de Fomento) é o grupo de 11 empresas, incluindo a VALORSUL, para o setor dos resíduos, sub-holding do grupo Águas de Portugal, que o governo, na senda de privatizar tudo que dá lucro ao Estado, pretende alienar.

A EGF é um grupo rentável, com lucros acumulados nos últimos 3 anos na ordem dos 62 milhões de euros, movimentando anualmente perto de 170 milhões de euros.

Este grupo de empresas serve a maioria dos municípios (174) e da população (6 milhões de habitantes) do nosso país nas áreas de valorização, tratamento e recolha de resíduos, produzindo também energia para 150 mil habitantes.

Considerando que o sector dos resíduos é fundamental para o desenvolvimento do país e essencial para a preservação do ambiente, para a coesão social e económica, saúde pública e defesa dos trabalhadores e da qualidade de vida das populações, o SITE sul, o SITE centro, o STML, o STAL, a AMRS (Associação de Municípios da Região de Setúbal) e o MUSP (Movimento de Utentes dos Serviços Públicos) decidiram promover, no **dia 6 de Junho** uma ação junto à Assembleia da República, pela manutenção de EGF na esfera pública, lançando também um manifesto a que todas as entidades que estão contra este ruinoso negócio podem subscrever.

No manifesto denunciam que só existe uma intenção em privatizar este sector, é entregar à iniciativa privada importantes ativos e fontes de receita do Estado ameaçando colocar as autarquias na dependência de multinacionais, e descrevem as consequências desastrosas desta privatização:

- **Para o país e a economia nacional**, que perderá controlo de um sector estratégico;
- **Para os municípios**, cujo papel ficará significativamente reduzido, além da pressão que advirá no sentido da liquidação dos sistemas intermunicipais;
- **Para os trabalhadores**, porque os seus postos de trabalho e os direitos conquistados poderão estar em causa no



futuro, agravando a exploração e as relações laborais;

- **Para as populações**, que passam a ter um serviço que lhes é prestado por uma empresa do sector privado, que visa o lucro fácil, através do aumento no futuro das taxas suportadas pelos municípios, refletindo-se inevitavelmente nos municípios, penalizando ainda mais o fraco rendimento disponível das famílias;
- **Para o ambiente**, abrindo caminho a um recuo dos níveis de qualidade alcançada;
- **Para a coesão nacional e gestão de conjunto do sector**, pois a gestão privada tenderá a privilegiar os sistemas mais lucrativos e a desinvestir nos menos rentáveis.

Para os trabalhadores do município de Lisboa esta privatização,

conjugada com a separação da remoção dos restantes serviços de Limpeza Urbana, levada a cabo com a transferência de competências para as Juntas de Freguesia por António Costa, separando assim o *bife do lombo do resto da carcaça*, pode ser mais uma razão para que no futuro seja ainda mais apetecível para a iniciativa privada a recolha de resíduos na cidade de Lisboa e certamente para aqueles que pretenderão deitar mãos ao negócio dos resíduos desde a sua recolha até ao seu tratamento e valorização, ganhando ainda mais dinheiro com a detenção e monopolização do ciclo completo do negócio do lixo.

Dizer não à privatização da EGF, é defender a economia do país e o bem-estar das populações, mas também a manutenção dos serviços públicos e dos postos de trabalho, também em Lisboa. ■



# Que política cultural para a cidade?

A passagem de atribuições e competências para as juntas de freguesia afeta na sua quase totalidade, e transversalmente, as áreas de intervenção da Câmara Municipal. Ao promover o esvaziamento das estruturas municipais centrais, o atual executivo liderado por António Costa prejudica a cidade e a população e coloca sob uma enorme pressão e instabilidade milhares de trabalhadores do Município de Lisboa.

Se um dos problemas mais evidente para o dia-a-dia da população é a recolha de lixo (e aí está já demonstrado o desastre preconizado pelas decisões de Costa quanto à política para o setor), outras áreas de intervenção municipal, como é o caso da Cultura, encontram-se neste momento sem uma definição clara e transparente. Ou seja, não há, no fundo, uma política efetiva, somente vagas ideias tendo em conta uma tese muito discutível de “descentralização”.

Se numa primeira instância, em causa es-

tava a transferência de gestão de equipamentos culturais para as juntas de freguesia, nomeadamente de bibliotecas, agora quase tudo, mas mesmo tudo parece ser transferível. E, nalguns casos, condenado a ser extinto. Voltando às bibliotecas, repare-se como essa transferência quebrou a rede compreendida por todos esses equipamentos municipais e, logo, uma política integrada para o setor. Costa e a vereadora do pelouro podem nega-lo, mas sabem muito bem que é mesmo assim.

Atualmente, a indefinição marca a vida dos trabalhadores da Direção Municipal de Cultura (DMC) e, consequentemente da EGEAC, uma vez que é a empresa municipal que faz a gestão dos equipamentos culturais municipais. Ao que apurámos, dezenas de trabalhadores da DMC encontram-se pré-selecionados para entrevistas em juntas de freguesia. A falta de transparência e de diálogo com os trabalhadores faz antever o pior. Será que a

média prazo a CML deixará de ter uma Direção Municipal de Cultura? Qual será o futuro dos museus? O que se pretende fazer com arquivos municipais e com os serviços relacionados com o Património? E quanto a todo o trabalho desenvolvido com agentes e outras estruturas culturais apoiadas pela CML. Legar-se-á às juntas de freguesia a decisão de apoiar ou não a, b ou c? Um quadro de apoios não deverá ter em consideração a cidade e a sua população enquanto um todo?

São inúmeras as questões que pairam sobre a situação da Cultura. Mas, atendendo à política ziguezagueante do atual executivo (basta lembrar o caso da passagem dos museus sob gestão direta da CML para a EGEAC), conclui-se facilmente que a Capital não tem uma política cultural, somente ideias avulsas, algumas clientelas e um muito espalhafato no Terreiro do Paço para promover a ilusão de que existe um rumo e um sentido para a Cultura em Lisboa. ■

## “Bibliotecas ‘coiso’! Talvez estejamos sem Rede...”

Facilmente todos perceberam o “tiro letal” perpetrado à Rede de Bibliotecas Municipais, com a passagem de vários equipamentos da rede BLX, para a gestão das Juntas de Freguesia da cidade

Hoje constatamos que, tanto as bibliotecas que permaneceram na esfera da Câmara, como as que passaram para a gestão das Juntas de Freguesia, perderam o termo “Municipal”, com a desculpa de que a Rede é agora interpretada com bibliotecas de Junta e bibliotecas de Câmara. É difícil entender. Talvez estejamos sem Rede!

Esta situação é mais estranha, quando verificamos o desmembrar de Bibliotecas e equipamentos afetos ao Departamento de Cultura, como a Biblioteca “Municipal” República e Resistência e a Biblioteca “Municipal” Orlando Ribeiro, cuja gestão, passou a ser bipartida, com cadernos de encargo para ambas as partes e que, já não estão a respeitar o acordado.

Assim, nos autos de transferência, figurava a manutenção de competências e de direitos dos trabalhadores. Em maio, foram vários os trabalhadores que informaram o STML, que não receberam nos seus vencimentos, por parte de Juntas de Freguesia que agora os gerem, os subsídios de turno e outras compensações. No que concerne a competências de cada trabalhador transferido, verificamos que há alguns trabalhadores descontentes com novas tarefas para as quais não possuem formação e “coordenadores” que deixaram de o ser. Outros trabalhadores das bibliotecas estão em terra de ninguém (caso da BMRR de Benfica).

Já havíamos alertado nestas páginas que a situação dos “coordenadores” sem o devido enquadramento legal na Câmara Municipal de Lisboa existe, ou seja, há um número considerável de “coordenadores de Serviços e Equipamentos nomeados – sem qualquer e necessário concurso” sem que a CML tenha criado na última reestruturação o cargo de direção intermédia de 3º grau (há outras Câmaras

que o têm).

O STML está atento a todas estas situações e intervirá para a regularização das anomalias que afetem os trabalhadores. Mais lamenta que, este processo que segundo António Costa, tem dois anos de maturação e um intenso trabalho (diz ele!), esteja com tantas falhas e sempre a lixar os mesmos: trabalhadores e cidade. Aliás, com tanto trabalho em conjunto, como se compreende que, nesta “trapalhada” de transferências, exista neste momento uma Junta de Freguesia (Penha de França) a despejar a Biblioteca Municipal sediada nas suas instalações. CML e Juntas não falam por certo a mesma linguagem!

Como são os trabalhadores que mais sofrem com estas indefinições e alguma má gestão, o STML esteve, está e estará atento e, ao lado dos trabalhadores, lutará procurando a resolução dos mais diversos problemas que estão em cima da mesa e outros que, infelizmente se perspetivam. ■



## ESPAÇO DOS APOSENTADOS

### Ofensiva do Governo e a luta sindical dos reformados

**Lei da “convergência”** - Entrou em vigor a 7 de março a famigerada lei que determina uma redução de cerca de 10% nas novas pensões de aposentação. Foi agravado o fator de sustentabilidade - de 4,78% em 2013 para 12,34% em 2014 - contribuindo para reduzir ainda mais a pensão efetiva.

**19 de março** – Estivemos com a Inter-Reformados numa ação junto da CGA, em protesto contra o roubo nas pensões e exigindo que esta instituição passe a informar detalhadamente os aposentados sobre os múltiplos cortes que atingem as nossas pensões.



**12 de abril - Marchas de Indignação e Protesto de Reformados, Pensionistas e Idosos**

Promovidas pelo MURPI, e apoiadas pela Inter-Reformados/CGTP, decorreram nesta data, o maior conjunto de manifestações de reformados alguma vez realizadas em Portugal.

Em Lisboa, da Praça do Município ao Rossio, integrámos a manifestação contra estas políticas e este governo especializado no roubo de pensões. Um outro objetivo desta ação foi apoiar o MURPI no combate pelo seu reconhecimento como Parceiro Social.

**25 de Abril** - depois do almoço do 37.º aniversário do STML, integrámo-nos no grande desfile que celebrou os 40 anos sobre o derrube da ditadura, desfilando lado-a-lado com os trabalhadores no ativo.



**1º de Maio** - Na jornada de luta e festa que foi o Dia do Trabalhador, juntámo-nos à Inter-Reformados nos Anjos, de onde seguimos até à Alameda Afonso Henriques.

**Documento de Estratégia Orçamental para 2014-2018** – A 30 de abril, depois de jurarem que não haveria mais cortes nem aumentos de impostos, este governo mentiroso anuncia mais um ataque aos trabalhadores

e pensionistas. Conforme afirma a CGTP, “com o fim do Memorando “sai a troica” e ficam os “troicanos” do Governo para prosseguir e intensificar as injustiças, as desigualdades e o empobrecimento dos trabalhadores e do povo”. Querem tornar definitivos os cortes que anunciaram como transitórios, mudando o nome à extorsão: a Contribuição Extraordinária de Solidariedade, passa a Contribuição de Sustentabilidade. Reduzem as percentagens desta “contribuição” mas, em contrapartida, aumentam o IVA e os descontos para a segurança social. O roubo e o embuste continuam.

**7 de maio** - II Encontro de Aposentados da Administração Pública, promovido e organizado pela Comissão Nacional de Aposentados da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública. Sobre este evento ver: <http://www.stml.pt/conferencias-e-encontros.html>.

**Aumento da ADSE** - A 9 de maio, foi promulgado o diploma que aumenta o desconto para a ADSE de 2,5% para 3,5%, a partir de julho. Depois de ter vetado o diploma inicial, bastou que na AR, a maioria trocasse umas vírgulas ao texto, para que o Presidente da República mudasse a sua decisão! O PCP e BE já anunciaram que vão pedir a fiscalização sucessiva da constitucionalidade da lei ao Tribunal Constitucional.

**17 de maio** – Em plena campanha eleitoral, o Governo e Troika encenam a farsa “Saída limpa!”. Mas o que os portugueses assistem é à tragédia “Políticas sujas!”. Até quando?

### Ação sociocultural

**25 de março - Teatro da Trindade**



Esta interessante visita foi orientada pelo dramaturgo Joaquim Paulo Nogueira.

Soubemos da história do edifício, procurando integrar-nos no espírito da época, para um melhor entendimento da disposição dos diversos elementos que o compõem e tornam este teatro tão peculiar na nossa cidade.

**5 de abril - Comemorar Abril**

Participámos na comemoração do 40º Aniversário do 25 de Abril, em Grândola, promovida pela Inter-Reformados de Lisboa. Constatou-se de debate, almoço e visita às minas do Lousal. Entre os oradores convidados, estiveram o Capitão de Abril, Duran Clemente e o Secretário-Geral da CGTP, Arménio Carlos.

Somos da geração que lutou contra os salários de miséria, as injustiças sociais e por uma sociedade mais justa e solidária. Para nós, comemorar Abril é reviver a queda da ditadura fascista e o início da transformação num país democrático e progressista. Mas também um momento de afirmação da luta contra o retrocesso social e contra quem nos quer roubar as pensões e a dignidade. ■

## ESPAÇO DOS JOVENS

### Na luta dos jovens trabalhadores o futuro do nosso país!

O STML saúda a forte participação dos Jovens nas ações dos dias 28 de março, 25 de Abril e 1º de Maio. Esta foi uma demonstração inequívoca em como os jovens têm uma participação ativa, e que estão sensíveis aos problemas, não só da juventude, mas também de toda a sociedade em geral. As más decisões tomadas pelos nossos governantes tentam alienar o futuro de Portugal, deixando apenas um legado de dependências forçadas e falta de oportunidades. As várias manifestações que se fizeram sentir um pouco por todo o país, são uma mensagem, que não pode passar despercebida a quem nos (des)governa.

Os jovens exigem oportunidades de emprego decentes. Basta de precariedade, de estágios laborais que não só estão a ocupar o lugar de possíveis trabalhadores efetivos, como ainda não recebem qualquer contrapartida económica. Portugal não pode afirmar que está no bom caminho, quando a solução apresentada aos jovens que “cá ficam” são trabalhos esporádicos, dependentes da sazonalidade, com contratos a termo certo, não renováveis, impedindo assim, qualquer jovem de progredir na sua carreira.

A justiça, ou não, das medidas de austeridade deve ser avaliada sob o prisma das condições de vida dos Portugueses. A falsa propaganda, encauçada por um Governo ilegítimo que nunca teve as intenções que anunciou, denuncia-se nas reais condições em que deixaram as esperanças das futuras gerações. Para isto é necessário prepará-los através da instrução, formação académica, garantir-lhes emprego com direitos, condições para



criar uma família e potenciar uma visão de abertura e desenvolvimento. O que este governo tem feito, é exatamente o oposto. A aplicação destas medidas de empobrecimento das famílias, a tentativa de extinção do Serviço Nacional de Saúde, bem como, o acesso ao ensino público, tudo isto, aliado a esta taxação exasperante incutida pelo Governo de Passos e Portas, está provocar a destruição da teia produtiva, estrangulando a economia futura. Os jovens não merecem um legado de pobreza, mas sim de oportunidades e condições de trabalho que lhes permitam atingir as metas que legitimamente ambicionam.

As ações desenvolvidas até agora e que irão continuar no futuro próximo, como no próximo dia 21 de junho, afirmaram e continuarão a afirmar categoricamente: **os jovens exigem um futuro melhor e por ele estão determinados a lutar!** ■

## A reeleição de **Delegados Sindicais** é indispensável ao reforço da intervenção do STML nos locais de trabalho do município de Lisboa

Com a transferência de trabalhadores para as juntas de freguesia, o STML tornou-se o sindicato maioritário nestes novos locais de trabalho. Contudo, este processo provocou alguns constrangimentos a nível da organização e da capacidade de intervenção do Sindicato, elementos interdependentes e interligados como todos sabemos.

Mas se as juntas de freguesia trouxeram uma nova realidade, sobre a qual, é agora necessário conhecer e intervir, não podemos, por outro lado, ignorar ou desvalorizar a realidade interna da Câmara Municipal, ela própria sujeita a um processo interno de reorganização, inerente à reforma administrativa a que foi sujeita a cidade. Uma reorganização de serviços assumida informalmente, por enquanto, mas que terá a partir da segunda quinzena de Junho e ao que tudo indica, um conteúdo mais oficial, face às declarações dos atuais responsáveis políticos municipais.

O nefasto processo de desmantelamento que o PS/António Costa impôs à CML, não desorganizou apenas a vida de trabalhadores e do próprio sindicato, face à estreita e indispensável ligação que une uma e outra realidade, mas também desorganizou, como o STML atempada e largamente denunciou, a eficiência dos serviços e a qualidade que os mesmos devem ter junto da população.

Podemos de facto afirmar que todos saímos à perder com os contornos e objetivos deste projeto político que mais não procura do que abrir a porta à exploração de importantes áreas de interesse público pelo sector privado. Se numa primeira fase as juntas de freguesia poderão servir de *intermediário mal disfarçado*, em outros setores, ainda sob alçada da CML, a privatização, encapotada ou não, avançará pela vontade exclusiva, autista e obsessiva de António Costa e demais vereadores do Partido Socialista.

Deste modo, os problemas agravam-se e acumulam-se sem fim à vista um pouco por todo o lado, seja nas Juntas, na Câmara ou nas Empresas Municipais. Claro está, que no cerne deste imbróglho, os trabalhadores são por norma os

mais prejudicados.

Neste sentido, para uma eficaz e conseqüente ação sindical, é imprescindível criar as bases organizativas que contribuam determinante para a denúncia, definição de estratégias de ação e ação propriamente dita, em torno da resolução dos problemas dos trabalhadores do município de Lisboa. O STML tem, apesar das dificuldades, trabalhado com estes objetivos em mente e assim irá continuar.

A eleição, e em muitos casos a reeleição de delegados sindicais, assume uma importância maior na capacidade de resposta deste Sindicato. Consideramos há muitos anos que os **Delegados Sindicais** são verdadeiros ‘dirigentes locais’ do STML. São por isso, elementos vitais em todos os processos reivindicativos que desenvolvemos. Reforçar esta frente de trabalho, é indispensável ao melhoramento da nossa ação e, conseqüentemente, à eventual resolução dos inúmeros problemas que se sentem pelos vários locais de trabalho do município.

Com força e determinação, conseguimos já atingir alguns destes objetivos em praticamente todas as juntas de freguesia, não ignorando contudo, que estamos ainda longe do ideal. Na Câmara Municipal, reforçar posições e reerguer novas forças que travem o desrespeito pelos direitos dos trabalhadores, com reflexo em vários setores profissionais e com maior evidência nos dois últimos meses, é igualmente uma das prioridades do STML, como sempre o foi ao longo da sua História com mais de três décadas.

A atual situação na Câmara Municipal, com ênfase para os ditos setores operacionais, mas em grande medida de natureza transversal ao município, é inaceitável! O compromisso deste Sindicato é só um: **tudo fazer para inverter o rumo desastroso que nos tentam impor, defendendo em todas as dimensões possíveis os direitos e os interesses dos trabalhadores e a qualidade dos serviços públicos perante a cidade e a sua população!**

Por isso afirmamos que *o caminho faz-se caminhando*, com confiança e determinação. ■

# A “saída” suja ou a eterna austeridade

“Um dos dias mais importantes na História de Portugal”. Esta frase foi proferida por Cavaco Silva, Presidente da República Portuguesa, no dia 17 de maio de 2014, acerca do fim do chamado “programa de resgate financeiro” da *troika* FMI, BCE, CE. Cavaco foi quase tão ridículo na eloquência quanto o relógio que contava os dias para o fim do resgate na sede do CDS, no Largo do Caldas.

Tais heróis nacionais, fazendo comparações absurdas com 1640, Cavaco, Passos, Portas e restante camarilha tomaram os portugueses por tolos fazendo da data aquilo que ela não significa. Basta lembrar o próprio Cavaco há meses, a fazer as suas habituais contas de merceeiro mascaradas de irrefutáveis previsões económicas, anunciando que “os sacrifícios têm de continuar por mais algum tempo”. Alguém próximo, mais desbragado na palavra, foi alertando para qualquer coisa como 30 anos. Ou seja, mais três décadas de austeridade segundo o receituário da *troika* que sai e daquela que fica (o PSD, o CDS e, embora com o discurso de um pé dentro e um pé de fora, o PS).

Demonstrativo do “sucesso” da governação de direita, eis-nos perante uma “saída limpa”, ou “à irlandesa”. Lá veio a Albuquerque autoenaltecer-se, sem esquecer que muito aprendeu com Gaspar, o ex-ministro agora alto quadro do FMI. O “irrevogável” Portas em modo corta-fitas, ao lado do dito relógio, desdobrar-se em sorrisos e “vês” de vitória. E Passos apelando ao sacrifício nacional: “sem os portugueses não con-



seguiríamos” tamanho feito. Para trás das costas dos tão bem sucedidos governantes, ficaram no esquecimento do discurso as feridas abertas por esta política: o empobrecimento das famílias, o desemprego, a precarização do trabalho e uma economia cada vez mais débil.

Também esquecido neste discurso de vãs vitórias fica uma curiosa declaração à imprensa que importa recordar e que, por si só, desmontam a partir de dentro do próprio sistema a grande mentira da “saída limpa”. Um alto quadro de Bruxelas afirmou perentoriamente que não há, nem nunca houve, outra opção que não a saída sem programa cautelar, acrescentando que o mesmo se passou com a Irlanda. A “saída limpa” era, portanto, mais inevitável que o discurso das inevitabilidades que conduziu à espiral de austeridade sobre os portugueses. Até porque, interessa à Alemanha, e conseqüentemente à CE de Durão Barroso, que o desastre das políticas de austeridade que agravaram a situação dos países intervencionados se travestisse de sucesso.

Mais a mais, Portugal vai permanecer “intervencionado”. Como Cavaco anunciou por meias palavras, o FMI vai continuar por cá e o Tratado Orçamental de Bruxelas continuará a imperar. Passos e Portas vão dando uma no cravo, outra na ferradura, porque se inicia agora um ciclo eleitoral. Se por um lado prometem algumas folgas na austeridade, por outra hasteiam a bandeira do “ímpeto reformista” segundo a cartilha da *troika*, o que significa a continuação e o agravamento da austeridade.

O calculismo político é tal que a “carta de intenções” que Passos escreveu à *troika* só poderá ser divulgada em junho, depois das Europeias. E há ainda, a consequência de tudo isso, que é o Documento de Estratégia Orçamental onde se preveem mais cortes na educação, na saúde e em todas as vertentes do Estado social. Sem ilusões, o rumo que esta gente aponta é a destruição do Estado, mais privatizações e o empobrecimento generalizado dos trabalhadores.

Assim, e por tudo isto, é tabu para a direita de Passos e Portas falar em renegociação da dívida, em caducidade da dívida ilegítima ou até mesmo constatar que a dívida, tal como se afigura, é impagável. A “saída” que dizem “limpa” é suja, e só aponta a um caminho: o da eterna austeridade. Cabe aos trabalhadores lutar contra este estado de coisas e apontar um novo rumo, com uma política diferente, que garanta um futuro para Portugal e para o povo. A verdadeira “saída limpa” só acontecerá, na verdade, com a derrota da política de direita. ■



# A propósito das Europeias 2014: um novo rumo para o País é preciso!

Agora que escrevemos este artigo, as eleições para o Parlamento Europeu ainda não tiveram lugar. Porém, ao que tudo indica, o povo português deixará um sinal claro à direita que recusa a política de austeridade da *troika* e que pretende, o quanto antes, recuperar os destinos do país, depois do sequestro a que foi submetido nos últimos anos pelos desígnios do grande capital internacional.

Fazendo coincidir o denominado “fim do resgate” com a campanha eleitoral, a direita PSD/CDS andou desesperadamente, numa exasperante operação propagandística, a enganar, uma vez mais, os portugueses, numa das mais “sujas” operações de branqueamento da realidade de



que há memória no Portugal pós-25 de Abril. Numa espécie de vale tudo, com o sempre fiel aval de Cavaco Silva, os obreiros da política antipatriótica e antidemocrática que empobreceu os trabalhadores ao longo dos últimos três anos manipularam números, factos e dados concretos para caçar votos.

Por entre um rol infundável de mistificações, os contadores de histórias Paulo Rangel, Passos Coelho, Portas e outros, surgiram como vítimas dos erros do passado, obrigados a governar para fazer aquilo que não queriam. Tudo por culpa do passado! Um passado que, veja-se o desprate, nem PSD nem CDS têm culpa. Perguntamos, pois: que forças políticas garantiram maiorias parlamentares às propostas do governo Sócrates? Respondemos, com base em factos históricos: ou PSD, ou CDS, ou até mesmo os dois!

Mas, há mais. Logo após a reunião com os banqueiros que serviu de mote à chamada do FMI, Comissão Europeia e Banco Central Europeu, o PSD e o CDS perfilaram-se na linha da frente para negociar com os novos “donos de Portugal”. O tal memorando que PSD e CDS dizem ter sido negociado pelo governo PS é, de facto, um memo-

rando negociado a três com os outros três, ou seja, a troika nacional (PS/PSD/CDS) com a troika estrangeira (FMI/BCE/CE). Por isso, o desastre que se abateu sobre o País tem três pais, e não um: Sócrates, Passos e Portas.

Importa sublinhar uma vez mais a realidade, apelando à memória. O que estas eleições Europeias demonstram é que os chamados “partidos do arco da governação”, como agora alguns os apelidam, são os mesmos que fazem parte de um bloco central de interesses que se alimenta de um projeto europeu que na forma se diz solidário e igualitário entre países para veicular uma certa ideia de Portugal europeu. Ambos, o projeto e o tal Portugal europeu são formas retóricas de manipulação política das quais estes partidos se alimentam para manter o poder.



Na verdade, em quase 30 anos de integração europeia, Portugal perdeu importantes fatias da sua soberania, tornou-se ainda mais desigual ao nível da distribuição dos rendimentos e nunca fez a tão propagada (e desejada) convergência com os países ricos da União Europeia (UE). Ao abrigo de quadros comunitários de apoio, o País endividou-se tremendamente junto da banca nacional e estrangeira, abandonou a agricultura e a indústria e acabou cometendo o maior erro da sua história recente: a adesão ao euro.

A tal Europa solidária e igual entre povos e países que nos venderam, mostrou as suas garras e feriu-nos de morte. PS, PSD e CDS nunca o poderão assumir pois sempre foram cúmplices desta política de imposição estrangeira que mais não é que a política dos grandes interesses da Alemanha e da França. O povo português é dos poucos na Europa ocidental que nunca referendou qualquer questão europeia. Eles, os três, decidiram por nós quando se aderiu a Maastricht, quando se assinou Lisboa – o tratado antecâmara da austeridade sem fim.

Urge pois que os portugueses retomem nas suas mãos o rumo do País. A resposta dos denominados europeístas a quem tem dúvidas sérias e concretas sobre os processos sucessivos de integração europeia repetem-se à exaustão na ideia (falsa) de “isolacionismo”. Uma ideia tantas vezes repetida que serviu para que nunca se fizesse um debate sério sobre Portugal na Europa, que nunca se ouvisse o povo português em referendo sobre questões essenciais, com a moeda única.

Que este ato eleitoral contribua para mudar este estado de subserviência a Bruxelas. Que o Presidente da República seja capaz de tirar ilações e atue. Que os portugueses tenham direito a discutir e debater o euro e, consequentemente, o seu futuro. ■



# 21 de Junho, Manifestação Nacional da CGTP-IN

**Um dia de luta contra um governo que arrasta o país e as nossas vidas para a pobreza!**

Uma política, um governo, uma *troika*, desta vez interna, que insiste no aprofundamento das disparidades, injustiças e desigualdades que condenam o povo e os trabalhadores portugueses a um empobrecimento generalizado. Não nos referimos apenas aos trabalhadores do setor público! Os trabalhadores do setor privado têm no seu horizonte imediato a imposição institucionalizada de um futuro de baixos salários, ainda mais baixos, associado a uma retirada de direitos sem precedentes pela via da pretensa aniquilação da Contratação Coletiva, um Direito Constitucional.

O (des)governo de Portas & Passos insiste na ilegalidade através de uma prática recorrente de quem já não sabe como se manter em funções num Regime de Direito Democrático. Contudo, enquanto estes facínoras não forem expulsos das cadeiras do poder que ocuparam com mentiras e falsas promessas, não podemos baixar os braços! A organização, mobilização e participação na luta que diz respeito a todos, são elementos imprescindíveis se queremos recuperar os nossos direitos, os nossos salários e as nossas vidas!

No Porto e depois em Lisboa, a **21 de Junho**, saímos à rua num protesto que será seguramente massivo, e que terá na demissão deste governo apátrida, ilegal e ilegítimo, a principal reivindicação, não descurando todas as reivindicações e exigências que se devem fazer em torno dos problemas concretos que se observam um pouco *por todo o lado*, isto é, na Câmara Municipal, nas Juntas de Freguesia ou nas Empresas Municipais.

Depois de conhecidos os resultados eleitorais do passado dia 25 de maio, ficou reforçada a ideia que aponta como única solução para os problemas do país e dos portugueses a saída deste governo e a necessidade de, mais cedo do que tarde, convocar eleições antecipadas.

Queremos e exigimos uma política que defenda de facto os interesses nacionais, o mesmo é dizer, os interesses de todos os trabalhadores, dos reformados e aposentados, dos jovens e dos desempregados.

Com o PSD/CDS-PP ao leme deste país, nos últimos três anos, retrocedemos mais de quatro décadas (!!) o que é inaceitável, criminoso e merecedor de forte combate e protesto.

No dia 21 de junho levantaremos bem alto as nossas vozes e defenderemos o que levou décadas a conquistar e a construir! Não aceitamos que um punhado de gente mal-intencionada, arbitrária e defensora dos exclusivos interesses de uma minoria cada vez mais ínfima que enriquece na mesma medida em que todos empobrecemos, continue à frente dos nossos destinos, empurrando-nos para um passado sem perspetivas de futuro.

ACABAR COM A POLÍTICA DE DIREITA  
**GOVERNO RUA!**

**21 Jun**

CONCENTRAÇÃO  
**PRAÇA MARQUÊS DE POMBAL**  
**15.30H LISBOA**

**manif**  
Por uma Política alternativa  
de Esquerda e Soberana

**CGTP**  
CONTRATAÇÃO COLECTIVA

**EMPREGO - SALÁRIOS - DIREITOS - CONTRATAÇÃO COLECTIVA**

No dia **21 de junho** faremos das ruas de Lisboa o palco do nosso descontentamento contra um presidente de Câmara que despreza a vontade e as aspirações dos trabalhadores, sem esquecer os presidentes de Junta que julgam puder tratar os respetivos trabalhadores como trapos velhos que se penduram num qualquer estendal.

Contra a política de direita, seja pela mão do governo, seja na cidade de Lisboa pelos 'governos locais', não podemos nem devemos calar o nosso protesto! É na luta organizada que reside a nossa força. **Na luta com a força de quem trabalha, ontem, hoje e sempre! ■**

## Protocolos do STML

- |  |   |   |
|--|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"><li>• ISEC - Instituto Superior de Educação e Ciências<br/>Para os nossos associados, cônjuges e descendentes em 1.º grau:<ul style="list-style-type: none"><li>- 10% de desconto nas propinas;</li><li>- 12% de desconto na propina da licenciatura em Gestão Autárquica.</li></ul></li><li>• ISLA - Instituto Superior de Línguas e Administração</li><li>• ISG - Instituto Superior de Gestão</li><li>• IPES - Instituto Português de Estudos Superiores</li><li>• IESC - Instituto de Estudos Superiores de Contabilidade</li><li>• Escola Superior de Educação João de Deus</li></ul> | <ul style="list-style-type: none"><li>• ISTEC - Instituto Superior de Tecnologias Avançadas</li><li>• COFAC - Universidade Lusófona<br/>- Instituto Superior de Humanidade e Tecnologia de Lisboa</li><li>- Instituto Superior Politécnico do Oeste</li><li>- Instituto Superior D. Dinis</li><li>- Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes</li><li>- Escola Superior de Educação Almeida Garrett</li><li>• Lancaster College</li><li>• Universidade Lusíada</li><li>• Mundi Travel</li><li>• Teatro da Cornucópia</li></ul> | <ul style="list-style-type: none"><li>• Viaggiatore - Companhia de Lazer e Turismo</li><li>• Millenium BCP</li><li>• ENAL - Escola Nacional de Automobilismo</li><li>• Mind - Project - Psicologia, Psicoterapia e Medicina</li><li>• MACIF - Companhia de Seguros</li><li>• Aldeamento Turístico de Palmela</li><li>• Viagens FALCON</li><li>• BP</li><li>• Optimus</li><li>• Vodafone</li><li>• Zon ■</li></ul> |
|--|---|---|